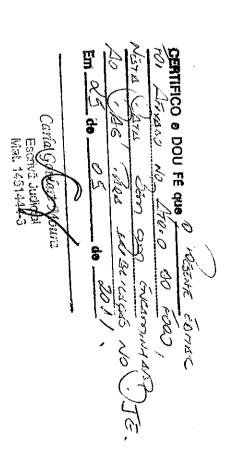


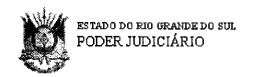


Edital de Falência - Art.99, § único da Lei de Falências - Lei 11.101/2005 1º Vara - Comarca de Sapiranga Prazo de: 30 (trinta) dias. Natureza: Pedido de Falência Processo: 132/1.07.0006469-0 (CNJ:.0064691-15.2007.8.21.0132). Autor: Valeshoes Indústria e Comércio Ltda. Réu: Belize Calcados Ltda.

A Doutora Juíza de Direito da 1º Vara Cível da Comarca de Sapiranga faz saber a todos os que virem o presente edital que, por decisão deste Juízo na data de 25/05/2011, foi decretada a falência de Calcados Ltda n° Belize CNPJ 05.515.442/0001-94, a seguir transcrita: VALESHOES INDÚSTRIA Vistos etc. COMÉRCIO LTDA ajuizou pedido de falência contra BELIZE CALÇADOS LTDA, afirmando demandada que credora da importância de R\$ 28.726,30, referente a sob os números 023843-1, duplicatas 023811-2, 023756-3, 023820-1, 023771-3, 023840-1, 023898-2, 023873-1, 023889-1, 023903-1, 023905-1, 023907-1, 023926-1, 023934-1, 023975-1, 023976-1, 023982-1, 023999-1, 024034-1, 024034-1, 024079-1, 024125, 024091-1, 024152-1, 024126-1 e 024149-1, įά protestadas até presente momento sem pagamento. Diz que duplicatas são originárias componentes para calçados. Afirma que a impossibilidade da demandada efetuar o pagamento torna evidente o estado de insolvência, caracterizando a falência. Requer que seja decretada a falência. Juntou documentos (fls. 09/99). Citada da sócia Francesca Maria pessoa na



Giobbi (fl. 126v), a requerida contestou o feito (fls. 127/131), alegando que a sócia Francesca ingressou na sociedade em 25/10/2006, sendo dos sócios Eliana e Luis a responsabilidade da administração da empresa. Aduziu que e empresa tinha sede alugada e passava por uma crise financeira, sofrendo, inclusive, ação de despejo. Ressaltou a impossibilidade de dar continuidade ao negócio. Nestes termos, postulou a improcedência ação. Juntou documentos (fls. 132/146). Réplica às fls. 148/151. Em promoção, o Ministério Público deixou manifestar no feito, face a recomendação 01/2010 que prevê a não-intervenção do Ministério Público antes da decretação ou do deferimento do pedido de falência ou recuperação judicial (fls. 157/158). Vieram-me os autos conclusos julgamento. É o relatório. Trata-se de pedido de falência em que preenchidos os n° previstos na Lei requisitos 11.101/05. O pedido está embasado nas duplicatas, acompanhadas dos respectivos entrega mercadoria de comprovantes protestadas. Citada devidamente demandada, na pessoa da sócia FRANCESCA MARIA GIOBBI, esta alegou que jamais administração da atuou na empresa, aue a ré passou Informou dificuldades financeiras, tendo sofrido acão de despejo е encerrado atividades em abril de 2008. Disse ainda que por ocasião do despejo as portas da empresa foram lacradas pelo locatário, COM todos OS bens permaneceu existentes no local. A notícia de que a estaria mais em não empresa funcionamento, por si só, não impede o





decreto de falência, contrário, ao apenas ressalta o estado falimentar da requerida, configurada hipótese prevista III, wf", 94, da 11.101/05. Isso posto, julgo procedente pedido formulado por **VALESHOES** INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA para, termos do art. 94, incisos I e III, "f", da Lei nº 11.101/05, decretar a falência de BELIZE CALCADOS LTDA, passando determinar o que segue: a) Fixo como termo legal da falência o dia 05 de novembro de 2006 (60 dias anteriores ao primeiro protesto), nos termos do inciso II, do art. 99 da Lei nº 11.101/05; b) Apresente a falida, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, relação nominal de credores trabalhistas, nos termos do 99 da Lei inciso III, do art. 11.101/05; c) Fixo em 15 dias o prazo para habilitações de crédito, nos termos do art. 7°, § 1°, da Lei de Falências; d) Ficam suspensas todas as ações ou execuções existentes contra o falido, ressalvado o disposto nos §§ 1° e 2° do art. 6° da Lei n° 11.101/05; e) É vedada a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, termos do inciso VI, do art. 99 da Lei n° 11.101/05; f) Expeça-se mandado à Comercial para que proceda anotação da falência junto ao registro do devedor, fazendo constar a expressão "falido" e a data da decretação quebra, bem como a inabilitação prevista no art. 102 da Lei nº 11.101/05; Administrador Judicial Dr. Nomeio LAURENCE BICA MEDEIROS, que desempenhará

suas funções na forma do inciso III, do do art. 22, desta Lei, "caput", prejuízo do disposto na alínea "a", do inciso II, do "caput", do art. 35, desta Lei; h) Expeçam-se os ofícios previstos no inciso X, do art. 99 da Lei 11.101/05; i) Proceda-se à intimação prevista no inciso XIII, do art. 99 11.101/05 e à publicação Lei n° edital previsto no parágrafo único do mesmo dispositivo; j) Arrecadem-se bens da empresa falida, mantendo-se esta fechada, caso não haja a possibilidade de efetuar o inventário e a avaliação dos bens com a mesma em funcionamento. Não sendo possível arrecadação, a proceda-se a lacração desta, a teor do que estabelece o art. 109 da Lei nº edital Publique-se o 11.101/05; k) contendo a integra da presente decisão e a relação de credores, fulcro no art. parágrafo n° 99. único, da Lei 11.101/05. Registre-se intimem-se. e Diligências legais." Sapiranga, maio de 2011. SERVIDORA: Carla Goulart Moura-Escrivã Judicial. JUÍZA: Patricia Antunes Laydner.